



O presidente do PSD esteve em Arganil e desafiou o Governo a avançar com um plano para resolver o problema dos fogos florestais. Acompanhado pelo líder parlamentar, Rui Rio exigiu ao Executivo que elimine a burocracia, que está a dificultar o apoio às vítimas e a impedir a recuperação de empresas



pág. 6

PSD

MOBILIZAR PARA GANHAR ELEIÇÕES EM 2019

“Só nos interessa uma coisa: ganhar as eleições europeias e as eleições legislativas, custe isso o que custar”. Em Oeiras, na tomada de posse dos órgãos de Secção, o secretário-geral do PSD deixou outra certeza: Rui Rio será um primeiro-ministro sério e competente



pág. 10

LOCAIS

CONSELHO ESTRATÉGICO PARA REGENERAR ÁREA URBANA DE COIMBRA

A criação de um conselho estratégico e a designação de um vereador a tempo inteiro com competências integradas no centro histórico de Coimbra são duas soluções que PSD local propõe para regenerar a área urbana da cidade



pág. 13

REGIONAIS

A MADEIRA É UM BOM EXEMPLO NAS CONTAS PÚBLICAS

O PSD nacional e o PSD/Madeira partilham a mesma conclusão: ao contrário do que se passa em Portugal Continental, a Madeira apresenta superavit orçamental. Rui Rio recebeu em audiência Miguel Albuquerque



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

Rui Rio em Arganil

ESTRATÉGIA PARA A FLORESTA

2017 O ANO DA INCOMPETÊNCIA

O ano de 2017 ficará marcado para a história como um ano trágico. Como o momento em que o Governo falhou numa das suas primordiais missões: proteger os nossos cidadãos. Fica, por isso, registado como o ano da incompetência do Governo.

Nenhum território está imune a uma catástrofe; agora o que não pode acontecer é o carteiro das más notícias bater à nossa porta duas vezes, num curto lapso de tempo, por causa de falhas de intervenção e omissão humanas idênticas. Em 2017, por duas vezes sentimos um grito de revolta. E em duas ocasiões distintas sentimos uma ponta de vergonha por sermos portugueses.

A tragédia dos incêndios atingiu-nos, sem dó nem piedade, em todos os cantos da alma. Pelo número avassalador de vítimas mortais; pela dimensão de área ardida; pelo rasto de destruição no tecido social e económico; pelo desaparecimento do Pinhal de Leiria, sobretudo pela imagem de vanguarda, no que agora denominamos de política de reflorestação; pela dilacerante dor que ainda hoje nos incomoda. Como foi possível, Pedrógão Grande e os incêndios de outubro, na região centro do País?

Dois relatórios realizados por peritos independentes são perentórios nas conclusões: o Governo de António Costa ignorou todos os avisos. A falta de meios, juntou-se também a indiferença perante os alertas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, a descoordenação da "componente pública com a associativa", designadamente a Proteção Civil e os corpos de bombeiros e a ausência de avisos atempados às populações.

Não basta termos um Governo de boas intenções e uma maioria de conveniência que o suporte. Precisamos, acima de tudo, um governo presente e responsável e de um primeiro-ministro convicto da sua missão, que aja nos momentos decisivos, que dê a cara pelos erros, que os assuma e corrija os desacertos políticos. E a maioria de esquerda que o sustenta também "não pode sacudir a água do capote", fingir que, neste caso não faz parte da solução e das responsabilidades governativas e que agora é que irá propor as medidas necessárias para evitar a repetição de um erro tão clamoroso.

O Presidente da República voltou, há dias, a manifestar desagrado pelo atraso na prevenção dos incêndios e pela desorganização nos organismos que intervêm nesta área. Por exemplo, há chefias da Proteção Civil que, inexplicavelmente, ainda estão por nomear.

"Se querem ouvir-me a pedir desculpa, eu peço desculpa", afirmava o primeiro-ministro no debate quinzenal de outubro passado, na sequência da demissão da então ministra da Administração Interna. Este pedido soou a uma declaração forçada, uma desculpa esfarrapada, roçou até a falta de sensatez. Não fosse o puxão de orelhas do Presidente da República e ainda hoje António Costa manteria no cargo a anterior ministra da Administração Interna e estaria isolado no seu círculo de ficção, autismo e desorientação política.

Para o Governo, agora a prioridade é o *show-off* e o exibicionismo, com ações de encenação de limpeza das matas. Querem iludir as pessoas, convencendo-as de que estamos no caminho certo. Mas não estamos.

Esta semana o presidente do PSD foi para o terreno e confirmou que o Governo não está a cumprir com os mínimos, quanto às necessidades das populações afetadas. As vítimas e as famílias não são números, mas pessoas que perderam pais, filhos, irmãos, avós, netos. Vidas interrompidas. São os rostos que desesperam com a lentidão dos processos indemnizatórios e de responsabilidade civil, a demora na recuperação das habitações e a burocracia que impede a realização da justiça possível em casos, cujo prejuízo não tem preço.

Rui Rio denunciou as dificuldades que os empresários continuam a atravessar, incapazes de reiniciar atividade e de recuperar postos de trabalho. Apesar de todo o afã legislativo, falta uma verdadeira estratégia para a floresta e na prevenção de incêndios. Continuamos à espera da nova Lei Orgânica da Proteção Civil. Mas parece que falta tudo.

Faltam três meses para o verão. A melhor homenagem que podemos prestar às famílias das vítimas dos incêndios do ano passado é não termos de lamentar em 2018: "Outra vez?!"



IA ORESTA



O presidente do PSD desafiou o Governo a desenvolver uma estratégia para o problema dos fogos florestais, que, em 2017, afetaram tragicamente o interior da região Centro. O líder do PSD criticou ainda as “dificuldades económicas” que testemunhou nesses territórios. Acompanhado pelo líder parlamentar, Fernando Negrão, assim como por uma dezena de deputados, Rui Rio ouviu a Associação de Vítimas do Maior Incêndio de Sempre em Portugal, o Movimento de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midões e a Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil, e visitou, ainda, os Bombeiros Voluntários de Arganil.

“Aquilo que o país se tem de comenetrar, em particular o Governo, é que tem de ter uma estratégia para o ordenamento, para a fiscalização e tem de ter uma Proteção Civil a funcionar”, afirmou.

Para o presidente do PSD, Portugal “não tem” ordenamento florestal, a fiscalização “é fraquíssima e a Proteção Civil falhou redondamente durante o período dos incêndios”.

Rui Rio pede ao Governo que elimine “a burocracia que, em larga medida, está a entrar o apoio às vítimas”. Na verdade, há quem esteja “com bastantes dificuldades económicas”. “Há empresários que não conseguem recuperar minimamente a sua atividade”, concretizou.

“Se temos aqui uma zona já muito diversificada, como é o Interior, imagine-se aquela economia já débil que não consegue recuperar”, referiu.

Para inverter a situação, o líder social-democrata disse que o Governo tem de eliminar “a burocracia que, em larga medida, está a travar o apoio às vítimas”.

PSD quer ouvir autores do relatório

O PSD anunciou que vai pedir a audição parlamentar da Comissão Técnica Independente (CTI) que elaborou o relatório sobre os incêndios de outubro e de outras entidades, apelando a consensos para “colmatar as falhas na legislação”.

“Disponibilizamo-nos para trabalhar em conjunto, procurando consensos. Convidamos todos a abandonar as trincheiras ideológicas em prol do interesse nacional para concretizar as recomendações dos dois relatórios da CTI”, afirmou a deputada e vice-presidente da bancada Rubina Berardo, numa declaração política na Assembleia da República.

Citando o relatório, Rubina Berardo acusou o Estado de ter “deixado a si próprio” parte do território e de ter voltado a falhar às populações em outubro, tal como já tinha acontecido em junho.

“O PSD entende que só assumindo essa falha poderá melhorar as ações futuras”, desafiou a deputada, considerando que as críticas feitas no último debate quinzenal pelo primeiro-ministro à comunicação social nesta matéria “não vão no caminho certo”.

No final de quase uma hora de debate sobre este tema no plenário, Rubina Berardo salientou que “é por respeito às vítimas” que as recomendações da CTI têm de ser passadas à prática e deixou uma crítica especial à bancada do PCP, que estendeu aos restantes parceiros do Governo.

“Esquece-se que é parte da resposta, da solução de Governo. Aprovam orçamento atrás de orçamento, o colinho ao PS é vosso, portanto a responsabilidade também é vossa nesta espécie de coligação que têm”, acusou. A Comissão Técnica Independente integrou 12 peritos (nove portugueses, dois espanhóis e um norte-americano) e foi liderada pelo professor universitário João Guerreiro.

Rui Rio sobre os incêndios de outubro de 2017

GOVERNO IGNOROU TODOS OS AVISOS



Após o incêndio de Pedrógão Grande, o Governo não tomou as medidas necessárias para evitar a ocorrência de uma nova tragédia. O Executivo falhou em toda a linha, mas “tinha a experiência de Pedrógão e, mesmo assim, não emendou as coisas”. Falhou porque “ignorou o aviso do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, que alertou três dias antes para o dia mais perigoso do ano”, e falhou porque não disponibilizou os meios necessários. O PSD irá chamar ao Parlamento a comissão técnica independente que elaborou o relatório sobre os fogos de outubro, o antigo responsável da Proteção Civil, as associações das vítimas e o ministro da Administração Interna.

Rui Rio fez estas declarações, na sede do PSD no Porto, dia 23, a propósito do relatório da Comissão Técnica Independente sobre os incêndios de 2017. O presidente do PSD insistiu não querer fazer demagogia, nem tirar dividendos políticos de tragédias, mas “têm de ser apuradas as responsabilidades políticas”. “Sou presidente do PSD há poucas semanas, mas já se percebeu que não faço demagogia, não procuro tirar dividendos políticos para lá daquilo que é normal, não critico o governo por tudo e por nada, e na governação em certas medidas até o apoio, mas este assunto é muito sério, morreram muitas pessoas, portanto têm de ser apuradas as responsabilidades políticas”, afirmou.

Para o PSD, é preciso evitar que tragédias como as registadas em 2017 se voltem a repetir. O líder do PSD anunciou que serão chamados à Assembleia da República a Comissão Técnica Independente (CTI), o anterior responsável pela Proteção Civil, as associações de vítimas dos incêndios de outubro e, por fim, o próprio ministro da Administração Interna para que se pronunciem sobre o que aconteceu. O PSD pretende, assim, ouvir “de viva voz” aqueles que poderão contribuir para o apuramento de responsabilidades. Trata-se, de acordo com Rui Rio, da “forma mais séria” de o fazer e, desta forma, “pressionar o Governo no bom sentido”.

Santa Casa no Montepio: negócio inadmissível

A entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) no capital do Montepio “não é admissível”, nem por governos de esquerda nem de direita. O presidente social-democrata criticou duramente que o Governo permita que a instituição participe no capital do banco, no mesmo dia em que o PSD entregou no Parlamento uma projeto de resolução apelando ao Executivo para que o proíba.

“Não contava que o Governo insistisse em apoiar a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em entrar para o capital do Montepio”, disse Rui Rio, afirmando que a instituição foi criada para apoiar os mais carenciados. “Estamos a pagar em dinheiro de apoio aos mais carenciados para pagar imparidades da banca”, acrescentou: “Acho que isto não é admissível”.

Rui Rio sublinhou que não aprovaria este tipo de participação em nenhuma circunstância, por ser um investimento de risco, mas que a achava especialmente incompreensível “depois da crise bancária que o mundo viveu”.

O presidente do PSD criticou ainda o valor falado para o investimento da SCML no Montepio. De acordo com declarações do provedor da instituição divulgadas na sexta-feira, a SCML poderá dispor de uma verba em torno de 30 milhões de euros em troca de 3% do banco. Rui Rio pediu que fossem mostrados estudos para provar que o Montepio valeria mil milhões de euros no total.

“Quando nós pegamos em dinheiro de apoio aos mais carenciados, ou pobres, como foram chamados durante muito tempo, e o canalizamos para uma instituição que tem uma atividade comercial, acho que isto não é admissível”, lamentou Rui Rio.

Rui Rio em Bruxelas

DEFENDER O INTERESSE DE PORTUGAL

Na primeira deslocação internacional, para participar numa Cimeira do Partido Popular Europeu (PPE) em Bruxelas, Rui Rio teve encontros ao mais alto nível, entre os quais com a chanceler alemã, Angela Merkel.

Depois de ter participado, dia 21 de março, num jantar com todos os eurodeputados sociais-democratas, e de ter estado com o comissário europeu Carlos Moedas, com quem debateu os temas que dominam a agenda europeia, Rui Rio reuniu-se na quinta-feira de manhã, com o presidente do PPE, Joseph Daul, assim como com os presidentes das três principais instituições europeias, todos eles pertencentes ao PPE – Jean-Claude Juncker (Comissão Europeia), Donald Tusk (Conselho Europeu) e Antonio Tajani (Parlamento Europeu). Nesta deslocação, o presidente do PSD fez-se acompanhar pelo secretário-geral adjunto e deputado Bruno Coimbra.

“Temos de encontrar formas para que a Europa não toque naquilo que, para Portugal, é absolutamente vital”, destacou Rui Rio. Para o presidente do PSD, o mais importante é defender os interesses dos portugueses, o que, neste momento, passa por garantir “que não haja qualquer corte na política de coesão”, apoiando o Governo nessa missão. “Não tenho nada essa visão de ser, para mim, um tabu alinhar pelo Governo ou contra o Governo, alinhando pelos interesses de Portugal”, assegurou.

À entrada da cimeira do Partido Popular Europeu, Rui Rio falou dos cenários possíveis para o reforço das contribuições dos Estados-membros para o orçamento comunitário, na sequência do Brexit. Para Portugal, essencial é “que não haja qualquer corte na política de coesão”. Será necessário procurar “novas receitas”, que não passam pela criação de impostos, “uma questão de soberania reservada aos parlamentos nacionais”. Rui Rio citou outras vias, como a possibilidade de que uma “percentagem dos lucros do BCE” possa “reverter a favor do orçamento comunitário”.

“Temos de encontrar formas para que a Europa não toque naquilo que, para Portugal, é absolutamente vital”. Rui Rio não tem, por isso, “qualquer problema em assumir que a nossa disposição é em reforçar a posição do governo português”, porque reconhece no Executivo a mesma missão de “não prejudicar aquilo que são os fundos a que Portugal tem acesso, mesmo que tenha de haver algum reforço do contributo dos Estados-membros para o orçamento”.

“Os portugueses, de certeza, que não queriam aproveitamentos políticos, querem que se juntem as posições”, disse Rui Rio, notando que, “neste momento, nas negociações que têm havido com o Governo, a posição não é exatamente igual”, mas existe “boa vontade” no processo negocial.



“Queremos que Portugal receba o mesmo”

O presidente do PSD é “favorável a que orçamento europeu não baixe por via da saída do Reino Unido”, defendendo que “Portugal deve lutar até ao fim”, para o conseguir. “O Reino Unido era um contribuinte líquido, portanto se sai um contribuinte líquido – que entra com 12 mil milhões de euros líquidos, entre o que recebe e o que paga –, o orçamento tende a baixar por esse valor”, comprovou Rui Rio, frisando que se “Portugal é um beneficiário líquido (...) tem tudo ganhar com um orçamento mais reforçado”.

“É nesse sentido que nós queremos apoiar, na medida do possível, a posição do Governo português aqui”, assegurou o presidente do PSD, defendendo um “aumento de contributo” dos orçamentos nacionais para a União.

“A proporção não é sempre igual – é mais ou menos um para dois – se meter 500 recebe mil. Embora do ponto de vista técnico isto não seja tão linear”, frisou, lembrando que a contribuição “sai do Orçamento de Estado”, mas os fundos europeus “não entram para Orçamento de Estado” e é preciso “acomodar do ponto de vista do défice, mas do ponto de vista do desenvolvimento económico é fundamental”.

“Por exemplo, os lucros do Banco Central Europeu podem ser incluídos no orçamento europeu. Outra forma serão as taxas sobre as plataformas digitais”, sugeriu Rui Rio, referindo-se, distinguindo taxas de impostos. O presidente do PSD salienta que “não são impostos, pois o

lançamento de impostos é uma soberania que cabe aos parlamentos nacionais”.

A ambição de vencer as eleições europeias

“Aspiramos todos a ganhar. Agora, enfim, o CDS faz o seu marketing e fez o seu marketing no Congresso. Mal fora se fizesse o contrário, se o CDS saísse do Congresso a dizer que nas próximas [eleições] quer descer um bocadinho. Claro que querem sempre subir, isso é o papel que cada um de nós tem que fazer”, destacou Rui Rio, começando por apontar que o PSD irá bater-se por uma vitória nas eleições europeias. “Está ao nosso alcance poder ganhar as eleições europeias, isso para mim está claro. A diferença relativamente ao Partido Socialista nas últimas eleições europeias não foi uma coisa muito grande. Aliás, lembro-me que o próprio doutor António Costa referiu que foi uma vitória por ‘poucoquinho’. Portanto, está ao nosso alcance poder ganhar as eleições europeias”, disse.

Rui Rio acrescentou ainda que, “depois das eleições europeias”, há que “procurar ganhar naturalmente as eleições legislativas”, uma meta perfeitamente alcançável, até porque “em política, ano e meio é uma eternidade”.

“Se me disserem que é muito curto para reformar o PSD, para preparar a alternativa em termos teóricos, em termos programáticos, se era melhor ter mais tempo? Era. O tempo chega, mas era melhor ter mais tempo. Mas, por outro lado, pode ser uma eternidade. Às vezes no espaço de uma semana tudo muda, e, portanto, está tudo em aberto, como é evidente”, disse.

José Silvano, secretário-geral do PSD em Oeiras

MOBILIZAR PARA GANHAR ELEIÇÕES EM 2019



“Só nos interessa uma coisa: ganhar as eleições europeias e as eleições legislativas, custe isso o que custar”. Em Oeiras, na tomada de posse dos órgãos de Secção, o secretário-geral do PSD deixou outra certeza: Portugal vai ter um dos melhores primeiros-ministros, Rui Rio é um líder sério e competente.

Perante dezenas de apoiantes e simpatizantes do PSD, no Auditório da Biblioteca Municipal, José Silvano mencionou a principal prioridade: “O objetivo que eu tenho para o Partido, que é ganhar todas as eleições no próximo ano, é o mesmo objetivo que todos os militantes do Partido têm, que todos os dirigentes deviam ter”.

Todos os dirigentes, todos os militantes estão mobilizados em “fazer oposição forte e determinada ao Governo”.

“Estarei disponível também para ajudar as estruturas concelhias, as estruturas distritais, todas as organizações do Partido”, reiterou o secretário-geral, que mobilizará todos os esforços para alcançar este objetivo, trabalhando, como disse o próprio, “noite e dia”. Afinal, ganhou “cinco vezes consecutivas em Mirandela”. “Consegui ganhar as europeias e legislativas no distrito de Bragança nas vezes todas. Isto, sei como se faz”, referiu.

Apontando a sua vasta experiência como autarca e militante, José Silvano partilhou saber “o que é ser presidente da concelhia e ter as dificuldades” inerentes ao cargo. O secretário-geral saudou a coragem do líder da Secção, Ângelo Pereira, que nas eleições de 2017 foi candidato à Câmara Municipal de Oeiras.

PSD tem 1201 novos militantes

A JUVENTUDE ESTÁ COM RUI RIO

Desde a eleição do presidente da Comissão Política Nacional, em 13 de janeiro, 1201 cidadãos filiaram-se no Partido Social Democrata. Desse número, 523 tem menos de 30 anos, o que representa 44% do número total de novas inscrições. A juventude portuguesa mostra confiança e desejo de intervir no projeto que Rui Rio está a construir para o País. O PSD tem neste momento 129.735 militantes ativos.

Os serviços centrais do Partido recebem diariamente dezenas de solicitações de cidadãos que querem aderir ao PSD. Além disso, manifestam uma vontade genuína de perceber como podem dar contributos políticos e participar nas atividades do Partido (nos Núcleos, Secções, Distritais, estruturas regionais autónomas dos Açores e da Madeira e na Emigração).

De acordo com os Estatutos internos, podem inscrever-se no PSD os cidadãos portugueses no pleno gozo dos seus direitos políticos assim como os cidadãos estrangeiros residentes em território nacional a quem tenha sido reconhecido, por lei, direito de voto. O militante pode escolher livremente a Secção em que pretende ficar adstrito.

Se quiser inscrever-se no PSD ou obter qualquer esclarecimento, contacte os serviços centrais, através do telefone 213 918 500. Poderá efetuar inscrição através de impresso disponível na página da Internet, em www.psd.pt.

Salvador Malheiro em Arouca

FAZER REFORMAS ESTRUTURAIAS EM DIVERSOS SETORES

Em Arouca, o vice-presidente do PSD alertou para a necessidade de se refletir sobre a reforma da floresta. Referindo que o PSD tem “gente de enorme valor”, lembrou que o Conselho Estratégico Nacional dará espaço a quem pretenda trabalhar em prol do interesse nacional.

“A reforma da floresta tem de ser pensada, analisada, refletida, trazendo gente competente e apresentando medidas concretas”, defendeu Salvador Malheiro este sábado, na tomada de posse da mesa do plenário e Comissão Política do PSD Arouca. “A nossa floresta precisa de uma gestão de qualidade, de emparcelamento, inventário, cadastro, de uma verdadeira política de aproveitamento energético de resíduos”, salientou, depois de ter referido que o relatório, recentemente, apresentado pela Comissão Técnica Independente veio confirmar que “o Governo falhou” no que aos incêndios de outubro de 2017 se refere.

“Não é com operações de marketing, em que estão todos na floresta a fazer de conta que a limpam, que vamos resolver este assunto”, disse numa crítica dirigida à atual solução governativa. Depois de ter, também, apontado as dificuldades por que atravessa o Serviço Nacional de Saúde, o vice-presidente assegurou que o PSD “está a trabalhar” para que se alcancem reformas estruturais em diversos setores. Para isso, “precisamos de todos”, destacou.

Conselho Estratégico Nacional: “Vai ser um desafio enorme”

Salvador Malheiro destacou que o PSD é constituído por “gente de enorme valor”. “Essa foi a razão pela qual, de imediato, se apresentou o Conselho Estratégico Nacional”, no qual todos poderão encontrar espaço para contribuir para a política local ou nacional. “Temos oportunidade, dentro das áreas temáticas em que nos sentimos bem, para apresentar serviço”, explicou, sublinhando que “vai ser um desafio enorme”. A partir da próxima quarta-feira, será dada oportunidade às diversas estruturas de “chamarem os melhores da sociedade”, afirmou. “Aqueles que ainda não pertencem ao PSD vão



ter um lugar cá dentro se quiserem trabalhar em prol do nosso País”, acrescentou.

Liderança de Rui Rio: “Uma forma assertiva, séria e credível de fazer política”

Assumindo-se um “social-democrata por convicção”, disse estar “muito confiante na liderança do Dr. Rui Rio”. Trata-se de “uma nova forma de fazer política” que não tem como preocupação “a manchete do dia seguinte”, nem a “gestão da espuma diária”. É sim, referiu, “uma forma assertiva, séria e credível de fazer política” cujo princípio é “falar, apenas e só, daquilo que se sabe”.

Lembrou, por isso, que o Presidente do PSD tem alertado para a necessidade de acordos estruturais e de reformas profundas. “Foi neste contexto que, imediatamente, se apresentou disponível para ajudar o Governo no que diz respeito à negociação dos fundos estruturais em Bruxelas”, precisou. Referindo-se também ao diálogo para a descentralização, Salvador Malheiro esclareceu que o que está, agora, na mesa tem que ver com delegação de competências para as autarquias e que ainda se desconhece “o montante do envelope financeiro”.

Fazer uma boa oposição passa por “estar ao lado de decisões corretas”

O vice-presidente do PSD quis, ainda, lembrar que “não é falando muito alto, apupando ou estando contra tudo e todos que se faz uma boa oposição”. Defendeu, assim, que fazer uma boa oposição também passa por “estar ao lado de decisões corretas” e por “encontrar temas que sejam, de facto, os nossos campos de batalha para levar até ao final, para desmascarar a má performance de quem está no governo e mostrar alternativa”.

Destacando que “todos juntos, e chamando os melhores da sociedade, temos uma força muito grande”, o vice-presidente do PSD concluiu dizendo: “vamos todos para o terreno para que possamos passar esta mensagem de esperança de um projeto galvanizador que visa, apenas e só, o interesse nacional, a melhoria do nosso Portugal”.

O vice-presidente do PSD, Salvador Malheiro, na tomada de posse da Mesa do Plenário e Comissão Política do PSD Arouca para o biénio 2018/2020.



CASTRO ALMEIDA EM CANTANHEDE

O vice-presidente do PSD, Castro Almeida participou, sábado, 24 de março, na sessão de tomada de posse da Comissão Política da Secção de Cantanhede.

As falhas do Governo nos incêndios de outubro de 2017

FALTA DE MEIOS, DESCOORDENAÇÃO E AUSÊNCIA DE ALERTA ÀS POPULAÇÕES



As 274 páginas do relatório da Comissão Técnica Independente aos incêndios de outubro de 2017 apontam três grandes falhas ao Governo nos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017: falta de meios, descoordenação e ausência de alerta às populações.

Carlos Peixoto saudou o relatório da Comissão Técnica Independente, lembrando que foi o PSD quem requereu a sua análise aos incêndios de outubro. E apontou responsabilidades: “O Governo não aprendeu nada com a tragédia de Pedrógão Grande”, acusou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Carlos Peixoto sublinhou que “tudo o que aconteceu em Pedrógão replicou-se no dia 15 de outubro e até se agravou”, com exceção do número, motivo que comprova que “o Estado e o Governo falharam na resposta pronta às populações”.

Com base nas conclusões do relatório, Carlos Peixoto destaca que “o Governo, através da Proteção Civil, foi alertado para um dia de condições atmosféricas extremas em que tinha que adotar procedimentos excecionais e não adotou”. Em verdade, reduziu “o número de meios aéreos em 30” e “o número de bombeiros em

cerca de 4 mil”, além de ter cortado também o número de postos de vigia ativos. Fatores que, para o deputado do PSD, criaram dificuldades na resposta rápida que era preciso dar.

“Denota-se uma falta de coordenação, denota-se uma ausência total de alerta das populações. Isto é que nos parece muito preocupante. O Estado falhou, não teve capacidade de avisar as pessoas, não fez alerta público e isto permitiu que muitas das nossas populações fossem apanhadas de surpresa. As vigilâncias aéreas não foram feitas porque não havia meios para esse fim”, especificou o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata.

O relatório da Comissão Técnica Independente (CTI) aos incêndios da região Centro assinala que de, setembro para outubro, o Governo “diminui 3.400 bombeiros no país e cerca de 30 meios aéreos”.

“O PSD estará absolutamente disponível para, com todos os outros partidos, encontrar fórmulas e soluções para, no futuro, as nossas populações estejam devidamente salvaguardadas e seguras e que o Estado consiga responder eficazmente a todos estes desafios e àquilo

que é a segurança pública, coletiva e individual, de cada um de nós” expressou ainda o deputado social-democrata, que agradeceu o trabalho da CTI.

A Comissão Técnica Independente sobre os incêndios concluiu que falhou a capacidade de “previsão e de programação” para “minimizar a extensão do incêndio” na região centro, que fez 49 mortos até ao momento. “Era possível encontrar soluções prévias de programação e de previsão que pudessem ter amenizado o que foi a expansão do incêndio”, afirmou João Guerreiro, o presidente da comissão, em declarações aos jornalistas, no parlamento.

O presidente da CTI referiu que “toda a configuração da Proteção Civil era muito semelhante a que estava em Pedrógão Grande”. Para João Guerreiro, apesar de se estar em outubro, fim da época de incêndios, havia possibilidades de minimizar os efeitos dos incêndios, a 14, 15 e 16 de outubro de 2017.

O documento foi entregue dia 20 de março, pelo presidente da comissão e ex-reitor da Universidade do Algarve, João Guerreiro, numa audiência com o presidente da Assembleia da República.

RELATÓRIO SOBRE TANCOS É “CONTINUAÇÃO DE NOVELA DE FALTA DE ESCLARECIMENTO”

“O relatório de Tancos não é mais que um repositório de documentos, não nos traz conclusões, não traz factos novos”, sendo por isso “a continuação de uma espécie de novela, de falta de esclarecimento sobre o que aconteceu efetivamente nos paióis de Tancos”, afirmou Fernando Negrão, no final da reunião do grupo parlamentar do PSD, quinta-feira.

O líder parlamentar social-democrata insiste que “a segurança é um bem fundamental para os portugueses”, cabendo agora à Comissão de Defesa uma análise mais aprofundada do relatório e a decisão de pedir ou não audições sobre este caso.

A bancada do PSD dedicou também parte da reunião ao tema dos incêndios, sobre o qual Fernando Negrão afirmou que “o facto central é terem sido pedidos reforços de meios ao Governo e, na maioria das situações, o Governo não correspondeu a esse reforço de meios”. Agora, o PSD vai pedir um conjunto de audições sobre o tema, a realizar nas comissões parlamentares de Assuntos Constitucionais e de Agricultura.



CONSELHO ESTRATÉGICO PARA REGENERAR ÁREA URBANA DE COIMBRA

A criação de um conselho estratégico e a designação de um vereador a tempo inteiro com competências integradas no centro histórico de Coimbra são duas soluções que PSD local propõe para regenerar a área urbana da cidade. Os sociais-democratas de Coimbra querem que a Câmara crie o Conselho Estratégico para a Regeneração Urbana e que nomeie um “vereador a tempo inteiro na Câmara”, com “competências integradas no Centro Histórico, Alta e Baixa”, para promover a regeneração urbana desta área da cidade, votada ao “abandono” e para a qual falta “um programa integrado municipal”.

Antecipando o Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses – que se comemora em 28 de março –, o PSD/Coimbra avança com um conjunto de “10 ideias imediatas dirigidas especificamente ao centro histórico de Coimbra”, no âmbito das quais, para além daquelas duas propostas, também preconiza a “criação de uma nova Área de Reabilitação Urbana em Santa Clara”, na margem esquerda do Mondego.

O “alargamento da isenção de taxas municipais para reabilitação no centro histórico e áreas de Reabilitação Urbana por privados e aumento das penalizações em sede de IMI [imposto municipal sobre imóveis] para prédios devolutos em más condições de habitabilidade nessas zonas” é outra das medidas defendidas pelo PSD, numa nota da

Comissão Concelhia de Coimbra, enviada à agência Lusa.

A criação de um percurso, assegurado por elétricos antigos, entre a Baixa e a Alta da cidade, o reconhecimento ativo do papel das lojas históricas, com “atribuição dos correspondentes benefícios fiscais e municipais”, e a instituição de um “novo esquema de policiamento de proximidade, por parte da Polícia Municipal”, são outras das ideias dos sociais-democratas para contrariar o “abandono a que está votado o centro histórico de Coimbra”.

Esse abandono deve-se, na perspetiva da Comissão Concelhia do PSD de Coimbra, liderada por Nuno Freitas, à “falta de concertação entre as várias entidades públicas, privadas e sociais, por ausência de liderança estratégica do município”.

De acordo com o PSD, a “visão passadista e descoordenada das competências municipais através de pelouros estanques e burocráticos da equipa executiva da Câmara Municipal” e a “desmotivação e cansaço dos moradores, atores sociais, associações culturais, universitários, empresários, comerciantes e da população em geral perante o desleixo das entidades públicas” explicam o estado em que se encontra o centro histórico de Coimbra.

MOURÃO FICA DE FORA DA AMPLIAÇÃO DO REGADIO DO ALQUEVA

Em 2017, estava prevista a ampliação área de regadio do Alqueva de forma a regar aproximadamente mais 50 mil hectares distribuídos entre Beja, Évora e Setúbal. De acordo com a informação proferida pelo Ministro da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Rural, este projeto implica um investimento global de 500 milhões de euros para requalificar regadios obsoletos ou construir novos regadios, o que permitirá, por sua vez, beneficiar uma área total de 90 mil hectares.

A Distrital e a Secção do PSD de Évora, os deputados eleitos por aquele círculo de Évora, os vereadores eleitos sociais-democratas na Câmara Municipal, os eleitos na Assembleia Municipal de Mourão criticam o facto de Mourão ser novamente preterida “relativamente a este projeto de ampliação”, não contemplando o alargamento do perímetro de rega às freguesias de Mourão e Granja.

“Não nos conformamos que o Concelho de Mourão seja preterido sem ver contemplado o alargamento do seu perímetro de rega às freguesias de Mourão e Granja, que seria catalisador do desenvolvimento do concelho e da fixação das populações, através da criação de emprego no sector primário”, lamentam os subscritores do comunicado.

O Alqueva e as suas potencialidades favoreceram a generalidade dos conce-

lhos do Alentejo Central, menos Mourão. O Alqueva e as suas potencialidades permitiram a outros o aumento da área cultivada, o desenvolvimento da economia náutica, do turismo, da restauração, entre outros. Mourão perdeu território, área útil de cultivo, indústria, população e identidade.

Na promessa do retorno económico e social pelos préstimos ao país de um serviço público, sofreu e permitiu um processo de refundação da nova Aldeia da Luz, o qual teve um impacto emocional, social e psicológico desumano nos seus habitantes. Entre 2001 a 2011 Mourão perdeu cerca de 18% da sua população (só a Aldeia da Luz perdeu metade da população).

A Comissão Política Distrital de Évora do PSD, a Secção de Mourão do PSD, os dois vereadores do PSD e todos os eleitos na Assembleia Municipal de Mourão, manifestam “a sua absoluta indignação pela injustiça e iniquidade com que, mais uma vez, o concelho de Mourão é ignorado numa estratégia de desenvolvimento regional suportada pelo Orçamento de Estado e por fundos comunitários”. Criticam nomeadamente o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural “pelo tratamento inexplicavelmente desigual dado ao Concelho”, que, uma vez mais, discrimina os territórios de baixa densidade e é incapaz de avançar para contrariar a trajetória demográfica (despovoamento da região).

BATALHA QUER CONSTRUIR NOVO CENTRO DE SAÚDE

O município da Batalha, no distrito de Leiria, está disponível para receber competências na área da saúde, podendo avançar com a construção de um novo centro de saúde. “A Câmara da Batalha está disponível para receber competências na área da saúde ao nível da gestão, conservação e equipamento das unidades de prestação de cuidados de saúde primários no concelho, tendo como prioridade a construção de um novo centro de saúde”, anunciou a autarquia.

Esta posição foi assumida em reunião com o Governo a propósito da descentralização de novas competências para as autarquias, refere ainda o comunicado, que adianta que o município vai “substituir o atual centro de saúde”, que tem mais de 30 anos e está “limitado nas suas valências”, por um “moderno espaço para dotar de melhor condições de funcionamento da Unidade de Saúde Familiar”.

O novo espaço irá “servir um universo de mais de nove mil utentes, num investimento estimado de cerca de 900 mil euros”.

A Câmara da Batalha informou que o “Governo apresentou às autarquias um Projeto Decreto-Lei Sectorial na área da saúde, que transfere para as câmaras municipais o exercício da competência de construção e equipamento de novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, decorrendo conversações com o objetivo de concretizar esta decisão durante o presente ano de 2018”.

O presidente do Município da Batalha, Paulo Batista Santos (PSD), afirmou, citado na nota de imprensa, que “a atribuição de competências às câmaras municipais na área da saúde é um passo em frente na melhoria das condições de vida das pessoas, uma vez que viabiliza novos investimentos e potencia melhores cuidados de saúde”.

“Para os cidadãos da Batalha, a saúde é uma forte preocupação que pode ser melhorada se todos - Governo, autarquia e USF - colaborarmos”, referiu ainda.

RESÍDUOS DO ATERRO DE CASTELO BRANCO PODEM AFETAR SAÚDE PÚBLICA

Onze deputados do PSD questionaram o Governo sobre o Aterro de Resíduos Industriais Banais de Castelo Branco e manifestaram a sua “profunda preocupação” sobre a tipologia e classificação dos lixos ali depositados e a falta de fiscalização.

No documento, os onze deputados do PSD, onde se incluem os dois eleitos pelo círculo de Castelo Branco, Manuel Frexes e Álvaro Batista, questionam o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, se tem conhecimento, ou não, do vazamento das lagoas de contenção de águas residuais do aterro.

“Quais foram as medidas e ações concretas assumidas pelo Ministério do Ambiente relativamente aos vazamentos periódicos das lagoas de contenção e tratamento das águas residuais do aterro de Resíduos Industriais Banais de Castelo Branco”, perguntam.

Explicam ainda que, em fevereiro de 2018, foi feita uma interpelação ao ministro do Ambiente sobre a situação do Aterro de Resíduos Industriais Banais de Castelo Branco, onde foram manifestadas “profundas preocupações” sobre a tipologia, constituição e classificação dos lixos ali depositados e também com a falta de fiscalização a que estava sujeita aquela infraestrutura.

“Desde que o atual Governo está em funções, já foi feita alguma colheita de amostras no aterro de Resíduos Industriais Banais de Castelo Branco com o objetivo das submeter a análises para verificação da conformidade legal dos produtos ali depositados”, perguntam.

Os sociais-democratas sublinham que o aterro é destinado apenas a resíduos industriais banais e só através da realização da colheita periódica de amostras e posteriores análises será possível garantir que ali foram depositados resíduos perigosos, e procurar evitar que isso não possa suceder no futuro.

“É forçoso verificar que as pessoas têm dúvidas sobre o tipo de resíduos depositados neste aterro, havendo

inclusivamente notícias das lagoas de recolha de lixiviados terem vazamentos periódicos para as linhas de água”, afirmam.

Os deputados querem saber quantas, em que datas e quais foram os parâmetros químicos, biológicos e radiológicos analisados no aterro e quantas fiscalizações estão previstas para 2018.



PARQUES EMPRESARIAIS PARA CAPTAR INVESTIMENTO E GERAR EMPREGO EM LEIRIA



Os vereadores do PSD desafiaram, em junho de 2016, o PS que gere a Câmara de Leiria a não se escudar em sucessivas desculpas e tomar a decisão política de liderar o processo da construção do Parque Empresarial de Monte Redondo. O PSD/Leiria recorda que só agora, depois anos depois, são alocados os “meios financeiros para a construção deste parque empresarial”.

O PSD/Leiria considera que “urge valorizar a estrutura empresarial concelhia, visto as áreas industriais, como por exemplo a ZICOFA (Zona Industrial Zona Industrial da Cova das Faias), estarem neste momento sem terrenos para a instalação de novas empresas”.

O concelho de Leiria apresenta um dos melhores indicadores socioeconómicos, resultado de ser um território dinâmico e atrativo, com grande diversidade económica e com uma tradição de internacionalização e de inovação. O concelho de Leiria é tido estrategicamente como destino potencial para a localização das atividades industriais.

O PSD defende uma aposta no desenvolvimento de esforços para “o reordenamento industrial e a criação de espaços com infraestruturas para a instalação de novas empresas e em condições competitivas em relação a outras regiões”.

Nesse sentido, propõe a “calendarização exequível e consistente, por forma a desenvolver nas novas zonas industriais previstas, em particular (Setor Norte - Monte Redondo; Setor Oeste – Maceira; Setor Sul – Loureira – Santa Catarina da Serra; Setor Este – Caranguejeira), condições de referência na instalação e no suporte competitivo às empresas, numa lógica de proximidade aos nós de acesso às principais vias (A1, A8, A17, IC9,...) e aos concelhos limítrofes, que apresentam fortes indicadores de ocupação e procura, pretendendo-se reforçar e diversificar a base produtiva do tecido industrial, conferindo-lhe competitividade nos parâmetros das vantagens que se podem oferecer, principalmente ao nível da mão-de-obra industrial local, especializada e qualificada, resultado das sinergias entre o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e o tecido empresarial”.

Estas decisões, de acordo com o PSD, irão contribuir para que a médio e a longo prazo se tenha uma convergência de recursos, para a atração de investimentos, para a instalação de novas indústrias, para a ampliação da oferta de emprego, para a criação de riqueza e para a fixação das pessoas nas freguesias.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas



O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras

Rui Rio recebeu Miguel Albuquerque

A MADEIRA É UM BOM EXEMPLO NAS CONTAS PÚBLICAS



O PSD nacional e o PSD/Madeira partilham a mesma conclusão: a Madeira é um bom exemplo na gestão das contas públicas. Miguel Albuquerque sublinha que a Região Autónoma apresenta superavit orçamental. Todos os dados da execução orçamental apontam nesse sentido. “O tiro nos pés do senhor primeiro-ministro foi desmentido totalmente. A Madeira não contribui para o agravamento do défice, mas antes para a diminuição do défice nacional”, afirmou Miguel Albuquerque.

Rui Rio subscreve a afirmação do presidente do governo regional: “A Madeira tem um superavit próximo dos 2% do PIB regional. Este é um número único, só comparável talvez a uma ou outra câmara. O contributo da Madeira para o défice público nacional foi um contributo positivo. Sabemos que a dívida pública madeirense é elevada, mas ela só se reduz desta forma. Está no caminho correto”.

O presidente do PSD realçou que este não é o primeiro ano da Região com superavit e que estes resultados foram alcançados descendo o IRC e o IRS a nível regional, ao contrário do que se passa em Portugal Continental. “Aqui aumentou-se a carga fiscal e, ainda assim, as contas continuam com défice”, assinalou.

O presidente do PSD recebeu terça-feira, 27 de março, o líder do PSD/Madeira, em Lisboa. Rui Rio ouviu, com atenção, as preocupações do presidente do governo regional da Madeira: o referencial da taxa de juro para pagamento dos empréstimos concedidos pela República à Madeira, a dívida do Estado central ao subsistema regional de Saúde, o cumprimento das funções de soberania no arquipélago, a construção do novo Hospital do Funchal e a revisão do subsídio de mobilidade para os residentes da Madeira e Porto Santo.

Este encontro serviu ainda para estreitar o relacionamento institucional entre o PSD nacional e o PSD/Madeira e, sobretudo, para mobilizar esforços de preparação do próximo ato eleitoral. A um ano e meio da realização da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, tanto Rui Rio como Miguel Albuquerque estão confiantes num bom resultado. Os madeirenses conhecem a obra que o PSD tem realizado na Região.

Para já, está confirmada a presença de Rui Rio na tradicional Festa do Chão da Lagoa em julho. “A Madeira terá muito gosto em receber o Dr. Rui Rio”, expressou Miguel Albuquerque.

REJEIÇÃO DO “PROGRAMA GERAÇÕES” PREJUDICA AÇORIANOS



Milhares de jovens e funcionários públicos com mais de 60 anos são prejudicados com a rejeição, por parte da maioria socialista, da criação do ‘Programa Gerações’, proposto pelos social-democratas. “Quem fica prejudicado são os funcionários com mais de 60 anos que se podiam reformar antecipadamente, bem como milhares de jovens que poderiam obter um emprego na função pública”, afirmou Duarte Freitas, na Assembleia Legislativa dos Açores, dia 21.

O líder dos social-democratas açorianos considera que o ‘Programa Gerações’ apresentava um “objetivo bondoso que tinha a concordância de todos” os partidos, mas que o PS se encarregou de “destruir” apenas por ser da autoria do PSD/Açores.

“O ‘Programa Gerações’, tendo um objetivo bondoso que tinha a concordância de todos, só foi rejeitado porque o Partido Socialista não é o seu autor. O PS teve que destruir o ‘Programa Gerações’ apenas porque é da autoria do PSD”, disse.

Duarte Freitas lembrou ainda que o PSD/Açores deu, neste plenário, uma “última oportunidade” para que o PS “pusse a mão na consciência” permitisse que o diploma do ‘Programa Gerações’ baixasse novamente à comissão parlamentar competente para que fossem esclarecidas as eventuais dúvidas da maioria socialista, tendo a proposta sido também recusada.

A proposta do PSD/Açores de criação do “Programa Gerações” visava incentivar a aposentação voluntária dos trabalhadores da administração pública regional com 60 ou mais anos de idade, permitindo, em simultâneo, abrir novas vagas na função pública para os jovens açorianos que procuram emprego.

AGRICULTURA AÇORIANA ESTÁ SEM ESTRATÉGIA

Os deputados do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores acusam o secretário regional da Agricultura, João Ponte, de não ter uma estratégia para o setor, com o governante a desvalorizar as críticas. “Não precisamos de um secretário regional da Agricultura apenas para atribuir subsídios da União Europeia e tornar a agricultura cada vez mais dependente dos apoios que quer distribuir”, criticou António Almeida, deputado do PSD, durante um debate de urgência, proposto pelos sociais-democratas, sobre o futuro do leite e dos laticínios nos Açores.

Se o objetivo do governo regional socialista é distribuir “charme e cortesia” pelas associações agrícolas regionais, ironizou, então mais valia que o executivo tivesse criado a “Secretaria da Simpatia”. No seu entender, João Ponte apenas consegue “empurrar os problemas com a barriga para a frente”.

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

“Via Verde para a Família”



Durão Barroso anuncia “pacote” legislativo de apoio e de valorização da família

Página 7

tribunal de Lisboa denuncia

neiro-Ministro
ugura três quilómetros
e levaram seis anos
onstruir

Página 7

Tavares Moreira revela

Inflação
homóloga
acelerou em Maio
e assim deverá
continuar nos
próximos meses



Página 12

Nova edição do “Povo Livre”
no próximo dia 19 de Junho

Edição n.º 1217 do “Povo Livre” | de 7 de junho de 2000

Durão Barroso anunciava “uma política que defenda as famílias e que valorize o seu papel enquanto elemento estruturante da sociedade portuguesa”. Atento ao agravamento de problemas que prejudicavam a família, o PSD acabou por apresentar, no Parlamento, dois projetos de resolução: um acerca do problema do alcoolismo, em particular nos grupos etários mais jovens; e outro relacionado com a recente diminuição da taxa de referência para cálculo das bonificações no crédito à habitação.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

BRAGANÇA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do distrito de Bragança, dotados de capacidade eleitoral activa, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo **dia 28 de Abril de 2018** (sábado), pelas 15h00, em todas as Secções, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
- Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Notas

- As listas candidatas aos Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, sita na Praça da Sé, nº 16, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As listas de candidatura a Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues, nas sedes respectivas, aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

Local de votação

Alfândega da Fé - Rua Camilo de Mendonça, nº 103 r/c

Bragança - Praça da Sé, nº 16 - 1º

Carrazeda de Ansiães - Rua Luis de Camões, 823 - 2º Frente

Freixo de Espada à Cinta - Rua de S. Francisco, nº 3

Macedo de Cavaleiros - Rua Clara Vaz, nº 1 - 2º Esq

Miranda do Douro - Rua da Trindade s/n Edifício Patrícios

Mirandela - Av. 25 de Abril, nº 273 Sub-loja, Esq

Mogadouro - Largo Trindade Coelho s/n

Vila Flor - Rua da Fonte Romana, nº 14

Torre de Moncorvo - Largo General Claudino, nº 21 - 1º

Vimioso - Bairro S. Sebastião s/n

Vinhais - Rua Dentro da Vila, nº 2

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do distrito

de Santarém, dotados de capacidade eleitoral activa, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo **dia 05 de Maio de 2018** (sábado), entre as 14h00 e as 20h00, em todas as Secções, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
- Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Notas

- As listas candidatas aos Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (dia 02 de Maio), encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21h00 às 24h00.
- As listas de candidatura a Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes, ou os locais em que decorra a votação. **Para as Secções de Alcanena, Alpiarça, Constância, a título excepcional, as listas de candidatura devem ser entregues na Sede Distrital, em Santarém.**

Local de votação

Abrantes - Rua de S. Pedro, 22 A

Alcanena - Rua do Conde, 38 - 1º - **Torres Vedras**

Almeirim - R. do Bairro Novo, nº 31 - Fazendas de Almeirim

Alpiarça - Largo Cândido dos Reis, nº 12 r/c - **Santarém**

Benavente - Praça Dr. Anselmo Xavier, nº 13-1º

Cartaxo - Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1º Dto.

Chamusca - Rua Direita de S. Pedro, 119

Constância - Rua Almirante Reis, 64 - **Entroncamento**

Coruche - Travessa dos Guerreiros, nº 26

Entroncamento - Rua Almirante Reis, 64

Ferreira do Zêzere - Rua Francisco Sá Carneiro, nº 18

Golegã - Estrada do Lorvão, s/n

Mação - Largo Bombeiros Voluntários, 8 A

Ourém - Rua Dr. Carlos Vaz Faria Almeida, nº 31 - 1º

Rio Maior - Avenida Paulo VI, Lote 102-1º Dto.

Salvaterra de Magos - Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 8 - 1º Esq.

Santarém - Largo Cândido dos Reis, nº 12 r/c

Sardoal - Rua Bivar Salgado

Tomar - Rua da Fábrica da Fiação, nº 57 A

Torres Novas - Rua do Conde, 38 - 1º

Vila Nova Barquinha - Rua Vasco da Gama, nº 6
- As urnas estarão abertas, em cada Secção, das 14h00 às 20h00

SECÇÕES

ARRAIOLOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arraiolos, para reunir no próximo dia 28 de Abril 2018, (sábado) pelas 16h00, na sala da Junta de Freguesia de Arraiolos, sita na Rua Mello Mexia, 5 - A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único

- Eleição dos órgãos da Secção.
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Dis-

trital sita na Rua Cândido dos Reis, 48 - Évora, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital estará aberta, para o efeito até às 24h00

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita na Praça Doutor Anselmo Xavier, nº 13 - 1º andar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção, Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir no próximo dia 28 de Abril 2018, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, nº 823 - 2º Frente, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção.
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2018 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo do Toural, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Aprovação do relatório e contas 2017

2 - Análise da situação política

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir no próximo dia 27 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, - Lagoa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Abril 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48 - 50, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política (local, regional e nacional)
- 2 - Informações da Comissão Política de Secção
- 3 - Outros assuntos

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Miranda do Douro, do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 28 de abril, pelas 15.00 horas na sua sede, sita na Rua da Trindade, 5210 Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24.00 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 15.00 e 19.00 horas.

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção, para reunir no próximo dia 28 de Abril de 2018 (sábado), pelas 17h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, (Av. da Boavista, nº 715) ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 22h00

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12 r/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tomar, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede de Secção, sita na Rua do Conde, nº 38 - 1º. Com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Leitura e votação da acta da Assembleia anterior

2 - Situação financeira: secção e contas campanha autárquica

3 - Análise da situação política nacional e local

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 14h00, na sede da Secção, sita na Rua do Conde, nº 38 - 1º. com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 18 de Maio 2018, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação, discussão e ratificação do relatório de contas referente ao Ano de 2017

2 - Apresentação, discussão e aprovação do orçamento para 2018

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 18 de Abril 2018, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Abril 2018, (segunda-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vimioso para reunir, no dia 28 de abril de 2018 (sábado), pelas 15h00, na sede da secção de Vimioso, sita na Rua da Misericórdia (edifício do antigo B's Bar), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem, estatutariamente, o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

NÚCLEOS

BUCELAS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Bucelas, para reunir no próximo dia 03 de Maio de 2018, (quinta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Bucelas

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00

LOURES / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Loures, para reunir no próximo dia 07 de Maio de 2018, (segunda-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Loures

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00

OCIDENTAL - PORTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 12 de Abril de 2018, (quinta-feira) pelas 21h30, no Auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política"

3 - Outros assuntos

STº ANTÓNIO DOS CAVALEIROS / FRIELAS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Stº António dos Cavaleiros e Frielas, para reunir no próximo dia 02 de Maio de 2018, (quarta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Stº. António dos Cavaleiros e Frielas

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00



CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Conselho Distrital Temático da JSD de Santarém, para reunir no próximo dia 6 de Abril de 2018, pelas 21h00, no salão nobre da Junta de Freguesia de Fátima, sita na Av. Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, 2495-557 Fátima, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do plano de actividades da Comissão Política Distrital;
- 2 – Apresentação e apreciação da Moção Distrital ao Congresso Nacional da JSD;
- 3 – Discussão do tema: Ordenamento da floresta;
- 4 – Análise da situação política;

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Ansião, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2018 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Ansião, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 27 - 1.º Esq.º; 3240-153 Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – XXV Congresso Nacional da JSD – Análise e apresentação de propostas;
- 4 – Outros Assuntos.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se os militantes da JSD de Macedo de Cavaleiros, para reunirem no dia 28 de Abril de 2018, pelas 15:00h na sua sede de concelhia, situada na R Clara Vaz nº 1 2º Esq.º, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da secção da concelhia de Macedo de Cavaleiros.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre no local supracitado.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 7 de Abril de 2018 (sábado), pelas 21h00, na sede do PSD de Santarém, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, R/c, 2000-241 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política.
- 2 – Informações.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

NÚCLEO DE NOGUEIRA DA REGEDOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Nogueira da Regedoura, para o dia 21 de Abril de 2018 pelas 14h00m, na Rua Joaquim Domingues Maia, nº1462, Nogueira da Regedoura, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16h00m. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ADENDA



I CONSELHO NACIONAL 2018

Alteração do lugar da reunião

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, foi convocado o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia 3 de abril, terça-feira, às 21h00, no Sheraton Porto Hotel, no Porto.

Por indisponibilidade logística da sala no Sheraton Porto Hotel, retifica-se a convocatória, alterando o lugar da reunião para o Hotel Crowne Plaza Porto (Av. da Boavista, 1466 – Porto), situado a cerca de 200 metros do anterior local.

Mantêm-se inalterados o dia, a hora e a ordem de trabalhos.

Ordem de Trabalhos

Ponto 1. Eleição do Secretário-Geral – exercício da competência prevista na alínea c) do número 2 do artigo 18.º dos Estatutos;

Ponto 2. Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Congresso

Paulo Mota Pinto

Lisboa, 30 de março de 2018